

**LEI N. 1.022, DE 21 DE JANEIRO DE 1992**

**"Institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e dá outras providências."**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SISMACT, constituindo-se dos seguintes órgãos:

- I** - órgão Superior;
- II** - órgão Central;
- III** - órgãos Executores; e
- IV** - órgãos Setoriais.

**Art. 2º** O Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SISMACT, tem por objetivo, racionalizar, no espaço estadual, as ações de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, de forma mais participativa possível, adequadas às realidades locais e propiciadoras de desenvolvimento econômico e social auto-sustentado.

**TÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA DO SISTEMA**

**CAPÍTULO I**  
**Do Órgão Superior**

**Art. 3º** Fica instituído o conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - CEMACT, órgão colegiado deliberativo e normativo, que integrará o SISMACT, na condição de órgão Superior.

**Art. 4º** Ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, compete:

**I** - formular, aprovar, supervisionar e avaliar políticas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, estabelecendo as diretrizes, normas e medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Estado;

**II** - aprovar, mediante proposta do IMAC, critérios para o licenciamento de atividades, real ou potencialmente causadoras de impacto ambiental, já instaladas, em operação ou que venham a ser instaladas, assim como as penalidades administrativas;

**III** - fixar os limites máximos permitidos para cada parâmetro dos afluentes domésticos e de indústrias, já instaladas ou que venham a ser instaladas no Estado, bem como, a capacidade suportável pelo receptor no seu nível mínimo de vazão;

**IV** - estabelecer normas gerais relativas à criação de unidades de conservação e preservação ambiental, bem como, as atividades que venham a ser desenvolvidas em suas áreas circundantes;

**V** - estabelecer critérios para a declaração de áreas críticas, degradadas ou em vias de degradação, bem como para o seu uso, proteção e recuperação, conforme o caso;

**VI** - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos sobre problemas específicos relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, solicitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como às entidades privadas, as informações indisponíveis à apreciação desses estudos;

**VII** - determinar, mediante representação do IMAC, quando se tratar especificamente de matérias relativas ao meio ambiente, a perda ou restrição de benefícios concedidos pelo poder público estadual, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

**VIII** - analisar e opinar sobre a concessão de recursos públicos ou subvenções, para programas de pesquisa e formação de recursos humanos para o Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, a entidades públicas e privadas;

**IX** - avaliar e aprovar o plano plurianual para Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, e os respectivos planos operativos anuais, através de instâncias técnicas dos órgãos integrantes, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente;

**X** - decidir, em grau de recursos, matérias que lhe sejam submetidas à apreciação;

**XI** - elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno; e

**XII** - incluir, admitir, dispensar ou excluir órgãos componentes do CEMACT.

**Parágrafo único.** A inclusão de novo órgão no Conselho Estadual será efetivada mediante a aprovação da maioria absoluta e a exclusão mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros presentes à sessão respectiva.

**Art. 5º** O CEMACT tem a seguinte estrutura básica:

- I - Plenário;
- II - Câmaras Técnicas: e
- III - Secretaria Administrativa.

**Art. 6º** O Plenário é o órgão superior de deliberação do CEMACT, constituindo-se na forma do art. 9º desta Lei.

**Parágrafo único.** O Plenário reunir-se-á em sessão pública, com a presença de pelo menos a metade dos seus membros, deliberando por maioria simples.

**Art. 7º** O CEMACT contará com duas Câmaras Técnicas:

- I - Meio Ambiente; e
- II - Ciência e Tecnologia.

**§ 1º** As Câmaras Técnicas, órgãos constituídos por membros de Plenário, deverão examinar e relatar assuntos de suas respectivas competências.

**§ 2º** As Câmaras Técnicas poderão ser divididas em comissões que atuarão por prazo determinado ou não, conforme decisão do Plenário, quando dos atos de criação das mesmas.

**§ 3º** As Câmaras Técnicas, caso necessário, assessorar-se-ão de especialistas cedidos por instituições participantes ou não do Sistema.

**Art. 8º** A Secretaria Administrativa auxiliará o Plenário e as Câmaras Técnicas, desempenhando atividades de apoio técnico, jurídico e administrativo.

**Parágrafo único.** Caberá à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, sem prejuízo das demais competências que lhe são legalmente conferidas, prover os serviços de Secretaria Administrativa.

**Art. 9º** Integram o Plenário do CEMACT:

- I - o Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, que o presidirá;
- II - um representante da Secretaria de Estado de Planejamento;
- III - um representante da Secretaria de Desenvolvimento Agrário;
- IV - um representante da Secretaria de Indústria e do Comércio;
- V - um representante do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC;
- VI - um representante da Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC;
- VII - um representante da Secretaria de Estado de Educação e Cultura;
- VIII - um representante do Ministério Público Estadual;
- IX - um representante dos municípios do Estado, indicado em comum acordo entre os Prefeitos;
- X - um representante da Universidade Federal do Acre-UFAC;
- XI - um representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- XII - um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
- XIII - um representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- XIV - um representante da Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC;
- XV - um representante da Federação da Agricultura do Estado do Acre - FAEAC;
- XVI - um representante da Federação do Comércio do Estado do Acre - FECEA; e
- XVII - três representantes de entidades civis, legalmente constituídas que, de uma forma ou de outra, tenham envolvimento com a questão ambiental e com o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, indicados de comum acordo entre os seus dirigentes.

**Art. 10.** Cada membro, referido nos incisos II a XVII do art. 9º, será nomeado pelo Governador do Estado do Acre e, terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento.

**§ 1º** O mandato desses membros será de dois anos, permitida a recondução.

**§ 2º** Nos seus impedimentos o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente será substituído na Presidência do CEMACT pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, e na ausência deste por um membro indicado pelo Plenário.

**Art. 11.** A atuação dos Conselheiros será considerada de relevante interesse público, bem como daqueles que, a convite do Presidente, prestarem assessoramento específico.

**Art. 12.** Os órgãos do CEMACT terão seu funcionamento disciplinado em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado pelo Plenário no prazo de cento e oitenta dias a contar da publicação desta Lei.

**Art. 13.** As decisões do Plenário do CEMACT serão formalizadas através de Resolução e/ou Moções.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ÓRGÃO CENTRAL**

**Art. 14.** A Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente, integrará o SISMACT, na condição de órgão Central, com a finalidade de planejar, coordenar e apoiar a Política Estadual e as diretrizes governamentais fixadas para o Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS ÓRGÃOS EXECUTORES**

**Art. 15.** O Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC e a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC integrarão o SISMACT, na condição de Órgãos Executores das Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, respectivamente.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS ÓRGÃOS SETORIAIS**

**Art. 16.** São órgãos Setoriais do SISMACT todos os órgãos e entidades governamentais de âmbito estadual e municipal cujas atividades estejam, ainda que parcialmente, afetas a preservação, conservação, defesa e melhoria do meio ambiente, bem como aquelas responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

**TÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 17.** Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

**Art. 18.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Rio Branco, 21 de janeiro de 1992, 104º da República, 90º do Tratado de Petrópolis e  
31º do Estado do Acre.**

**EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO**  
**Governador do Estado do Acre**